

RESOLUÇÃO N. 08/2009

Regulamenta a fiscalização dos atos concessórios de aposentadoria, reforma e pensão da Administração Direta e Indireta do Estado e dos Municípios.

O Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições, em especial a que lhe confere o inciso XXIX do art. 3º da Lei Complementar n. 102, de 17 de janeiro de 2008, considerando o teor dos arts. 256 e 257 da Resolução n. 12, de 17 de dezembro de 2008, e observadas as disposições previstas na Resolução n. 06, de 03 de junho de 2009, RESOLVE:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º A fiscalização dos atos concessórios de aposentadoria, reforma e pensão se dará in loco, por meio de inspeções e auditorias, ressalvada a competência do Relator ou do Tribunal para requisitar, quando entender necessário, os processos que se encontram no âmbito do órgão, entidade ou Poder concedente.

§ 1º Os órgãos e entidades públicos responsáveis pela concessão de aposentadoria, reforma e pensão deverão manter em arquivo os documentos que deram suporte às concessões, conforme especificado na Instrução Normativa n. 07/2009.

§ 2º Os documentos constantes dos processos de aposentadoria, reforma e pensão, remetidos ao Tribunal até a entrada em vigor da Instrução Normativa n. 07/2009, deverão ser encaminhados aos respectivos órgãos de origem, para adequação à nova sistemática de fiscalização adotada, excetuados os processos sujeitos à aplicação da Súmula TCEMG n.105 e os que já foram analisados pela Unidade Técnica.

Art. 2º A autoridade administrativa responsável pela concessão de aposentadoria, reforma e pensão encaminhará ao Tribunal, semestralmente, por meio de sistema informatizado de Fiscalização de Atos de Pessoal- FISCAP, informações relativas aos atos concessórios, constituídos em anexos, observados os seguintes prazos:

I - os benefícios concedidos nas datas de 1º de janeiro a 30 de junho serão encaminhados ao Tribunal no período de 1º de julho a 15 de agosto do respectivo ano;

II - os benefícios concedidos nas datas de 1º de julho a 31 de dezembro serão encaminhados ao Tribunal no período de 1º de janeiro a 15 de fevereiro do ano seguinte.

§ 1º As informações relativas aos atos concessórios serão encaminhadas na forma definida na Instrução Normativa n. 07/2009.

§ 2º O descumprimento dos prazos previstos neste artigo sujeitará o responsável às sanções previstas na Lei Complementar n. 102/2008.

§ 3º A omissão de informações nos atos cadastrados no FISCAP ou o lançamento de informações inverídicas sujeitarão os responsáveis à aplicação de sanções legais.

Art. 3º A Coordenadoria de Área de Protocolo promoverá a autuação dos anexos de que trata o art. 2º, individualmente, para posterior distribuição, observado o disposto no art. 113 da Resolução n. 12/08.

Art. 4º Os processos, cujas informações atenderem às consistências efetivadas pelo FISCAP, serão encaminhados diretamente ao Relator, para deliberação quanto ao registro.

Parágrafo único. O registro poderá ser revisto com base em ilegalidade apurada em inspeção, auditoria, denúncia ou representação, ou quando da análise do processo requisitado nos termos do art. 1º, observada a legislação em vigor.

Art. 5º Os processos, cujas informações não atenderem às consistências, efetivadas pelo FISCAP, para registro, serão encaminhados diretamente ao Relator para adoção de medidas saneadoras, observadas as disposições estabelecidas na Resolução n. 12/2008.

CAPÍTULO II
DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 6º Os processos de aposentadoria, reforma e pensão sujeitos à aplicação da súmula TCEMG n.105, observados os critérios estabelecidos em ato normativo próprio, serão redistribuídos, observada, analogicamente, a competência estabelecida no art. 299 da Resolução n. 12/08, e deverão ser agrupados por Município e, no caso do Estado, por órgão, entidade ou Poder concedente, para apreciação em bloco.

Art. 7º Os processos de que trata o artigo anterior serão encaminhados diretamente ao Relator, para deliberação quanto ao registro.

Art. 8º Após decisão do Relator, as Secretarias das Câmaras adotarão as providências necessárias à efetivação do registro.

Art. 9º Os processos de aposentadoria, reforma e pensão que já tiveram análise técnica deverão ter tramitação prioritária no Tribunal.

Art. 10. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 11. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões Governador Milton Campos, 19 de agosto de 2009.

Conselheiro Wanderley Ávila - Presidente

(Minas Gerais, de 26.08.09)